

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO SOLICITANTE

Câmara Municipal de Iguaba Grande - CMIG

Processo nº: 067 / 2025

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e pretensa: “Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, tipo GASOLINA COMUM, de forma contínua e fracionada, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Iguaba Grande-RJ. O prazo inicial para registro de preços é de 12 meses, podendo ocorrer a prorrogação em acordo com os limites da Lei nº 14.133/2021.

1.1. Da Modalidade

() **Pregão Eletrônico** – (Utilizada para aquisição de bens e serviços de natureza comum, de forma eletrônica);

Justificativa de enquadramento de serviços comum para utilização modalidade Pregão:

A opção pela realização da sessão presencial decorre de limitações técnicas atualmente existentes no sistema Comprasgov, utilizado para a condução eletrônica dos certames. O sistema atual ainda não contempla de maneira integral todas as particularidades procedimentais previstas na Lei 14.133/2021, destacando-se, entre outras, a funcionalidade de **inversão de fases**, prevista no artigo 17 §1º e a adoção do critério de julgamento **maior desconto**, ambos mecanismos de grande relevância para a eficiência, a economicidade e a competitividade das licitações públicas.

A inversão de fases, consiste na análise prévia das propostas, com a habilitação restrita ao licitante melhor classificado, constitui mecanismo relevante de otimização e celeridade processual. Do mesmo modo, o critério de julgamento Maior Desconto, especialmente aplicado em aquisição de bens e serviços comuns, como no presente objeto, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa, promovendo ganhos de eficiência administrativa e redução de custos operacionais, em face do valor estimado para o objeto encontra-se balizado em fontes oficiais, vide ANP. Tais funcionalidades, no entanto, não encontram-se atualmente disponíveis no sistema ComprasGov, o que inviabiliza sua plena utilização para o caso em comento.

Ademais, a realização do pregão na forma presencial garante à Administração Pública maior controle sobre o desenvolvimento da sessão, maior segurança jurídica e mitigação de riscos relacionados a falhas sistêmicas ou à ausência de funcionalidades necessárias para a estrita observância da lei.

Ressalte-se que o pregão presencial encontra-se previsto no artigo 17, §1º, § 2º e 5º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser adotado sempre que as características do objeto, as condições locais ou questões operacionais específicas o recomendarem, como no presente caso.

Dessa forma, a adoção do pregão na forma presencial está plenamente justificada, em conformidade com a legislação vigente, como medida que visa assegurar a regularidade, a eficiência, a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

() **Concorrência Pública Eletrônica** – (Utilizada para contratação de serviços de obras e engenharia, serviços comuns ou de maior complexidade, sua utilização se dá, na prática, quando os limites quantitativos ou a exigência do objeto ultrapassam a simplicidade que permite o uso do pregão.);

() **Concurso** – (Destinado à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico)

() **Leilão** – (Utilizado para alienação de bens móveis e imóveis inservíveis ou apreendidos pela Administração.

() **Diálogo Competitivo** – (Destinada à contratações complexas. Utilizado quando não for possível definir previamente especificações técnicas)

(**X**) **Pregão Presencial** – (Utilizada para aquisição de bens e serviços de natureza comum, onde os licitantes participam fisicamente da sessão pública);

() **Concorrência Pública Presencial** – (Utilizada para contratação de serviços de engenharia ou maior complexidade).

1.2. Do Critério de Julgamento

- 1) () **Menor Preço** - quando o objeto da licitação é padronizado e não exige avaliação técnica diferenciada.
- 1.1 () **Unitário** - Avalia o **preço por item ou unidade**, contratando o menor valor de cada parte do objeto (ex.: compra de materiais diversos).
- 1.2 () **Global** - Avaliação do **custo total** do objeto da licitação. Ideal para contratações onde o valor completo do contrato é o mais relevante.
- 2) (**X**) **Maior desconto** - contratação envolve fornecimento contínuo ou repetitivo, permitindo que o licitante conceda descontos sobre uma tabela oficial de preços.
- 3) () **Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico** - contratações que dependem essencialmente da qualidade técnica ou artística da proposta.
- 4) () **Técnica e Preço** - contratações que exigem alto nível de especialização técnica e análise de custo.
- 5) () **Maior Lance ou Oferta** - alienações de bens e direitos, vendas, concessões e permissões.
- 6) () **Maior retorno econômico** - contratações que visam a eficiência na gestão de recursos públicos.

1.2.1. Será considerada vencedora a proposta que obtiver a aplicação do maior percentual de desconto, a partir do mínimo de 0,30% (índice já praticado em processos licitatórios anteriores) sobre o preço médio baseado na tabela do sistema de levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) atualizada e vigente.

1.2.2. Eventuais interessados deverão comprovar que atuam no ramo de atividade compatível com o objeto licitado, bem como apresentar todos os documentos e certidões a serem exigidos a título de habilitação.

1.3. Especificações do objeto e quantidades

ITEM	CATMAT/ CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	461506	GASOLINA COMUM	LITROS	35.397	R\$ 6,37	R\$ 225.478,89
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 225.478,89

1.4. Da natureza do objeto

(**X**) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Federal n.º 10.818, de 2021.

(**X**) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

() Não se aplica, tendo em vista que o objeto da presente contratação trata-se de SERVIÇO de natureza comum.

A Câmara Municipal de Iguaba Grande, no exercício de suas atribuições administrativas e visando à continuidade e eficiência de suas atividades institucionais, apresenta, de forma objetiva e fundamentada, as razões que justificam a contratação de empresa especializada para o fornecimento de **combustível tipo gasolina comum**, como condição essencial ao adequado funcionamento de sua frota de veículos oficiais.

1. Garantia da Operacionalidade Administrativa e Legislativa

O abastecimento contínuo e seguro dos veículos oficiais é indispensável à execução regular das atividades administrativas, operacionais e legislativas da Câmara Municipal. A disponibilidade ininterrupta de combustível assegura a mobilidade dos servidores e o cumprimento tempestivo das demandas institucionais.

2. Eficiência e Agilidade na Prestação do Serviço Público

A utilização de combustível de qualidade, fornecido por empresa idônea e devidamente autorizada,

reduz riscos de danos mecânicos, melhora o desempenho dos veículos e garante maior eficiência nas deslocamentos, refletindo diretamente na agilidade dos serviços prestados à população.

3. Racionalização de Custos e Prevenção de Danos ao Patrimônio Público

O fornecimento regular de combustível contribui para a preservação da frota, evitando panes por abastecimento inadequado, combustíveis adulterados ou de procedência duvidosa. Com isso, evitam-se gastos com manutenção corretiva, prolonga-se a vida útil dos veículos e racionaliza-se a aplicação dos recursos públicos.

4. Segurança Jurídica e Conformidade Legal

A contratação formalizada com fornecedor devidamente habilitado confere maior segurança jurídica à Administração, assegurando a observância dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência, conforme exigido pela legislação vigente.

5. Planejamento, Controle e Fiscalização Efetiva

A adoção de contrato específico para fornecimento de combustível possibilita maior controle sobre os consumos, facilita a fiscalização pela Administração e pelos órgãos de controle externo, além de permitir o planejamento logístico e financeiro de maneira mais eficiente e previsível.

6. Responsabilidade Ambiental e Técnica

Ao optar por fornecedor que atenda às normas técnicas e ambientais para armazenamento e comercialização de combustíveis, a Câmara reforça seu compromisso com a sustentabilidade e com a integridade dos bens públicos, prevenindo danos ambientais e promovendo práticas responsáveis.

Dessa forma, a contratação para o fornecimento de gasolina comum revela-se medida essencial e estratégica para assegurar a plena operacionalização das atividades da Câmara Municipal de Iguaba Grande, resguardando o interesse público, a economicidade dos atos administrativos e a excelência na prestação do serviço legislativo.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade premente e a conveniência administrativa da contratação de empresa especializada no fornecimento contínuo de combustível, especificamente gasolina comum, destinada ao abastecimento da frota de veículos oficiais a serviço da Câmara Municipal de Iguaba Grande.

Tal contratação se mostra imprescindível para garantir suporte logístico eficaz às atividades institucionais e administrativas desta Casa Legislativa, assegurando o pleno funcionamento dos veículos utilizados em diligências parlamentares, deslocamentos técnicos, atendimentos externos e outras demandas operacionais que exijam mobilidade.

A formalização contratual com fornecedor especializado permite o abastecimento com regularidade, qualidade e procedência garantida, mitigando riscos de danos mecânicos por combustíveis adulterados e evitando interrupções nos serviços públicos decorrentes da indisponibilidade de combustível.

A adoção desse modelo de fornecimento representa medida de racionalidade administrativa e economicidade, na medida em que possibilita a gestão eficiente do consumo, evita a necessidade de estocagem própria (inviável e arriscada), e reduz custos indiretos relacionados à manutenção corretiva de veículos, decorrentes de combustíveis de baixa qualidade.

Importa ressaltar que a contratação será realizada em consonância com os ditames da Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e supremacia do interesse público.

Diante do exposto, fica demonstrada a necessidade e a vantajosidade da contratação do objeto em questão, conforme as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência, como medida indispensável à adequada execução das atividades operacionais da Câmara Municipal de Iguaba Grande, promovendo uma gestão pública segura, eficiente e responsável.

2.1. Descrição da Solução

A necessidade da Administração refere-se à **contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de combustível, tipo gasolina comum**, com o objetivo de atender de forma eficiente às demandas operacionais e institucionais da Câmara Municipal de Iguaba Grande. A medida visa garantir a adequada

mobilidade da frota oficial, assegurando o suporte necessário às atividades legislativas, administrativas e representativas, com segurança, eficiência logística e regularidade.

Com base em estudos preliminares, a solução deve atender aos seguintes requisitos:

- a) O fornecimento deverá ocorrer de forma contínua, conforme demanda, durante toda a vigência contratual;
- b) O combustível deverá ser fornecido com procedência comprovada, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
- c) O abastecimento deverá ocorrer por meio de sistema de controle eficiente, controle de notas, cartão magnético, aplicativo ou outro meio eletrônico seguro, que possibilite rastreabilidade, gestão de consumo e controle individualizado por veículo;
- d) O ponto de abastecimento deverá estar localizado em área de fácil acesso para os veículos da Câmara Municipal, preferencialmente no próprio município, ou em um **raio de até 10 KM** da sede da Câmara Municipal; (conforme imagem anexo)
- e) A contratada deverá disponibilizar relatórios gerenciais periódicos com dados detalhados de abastecimento (data, hora, tipo e quantidade de combustível, placa do veículo e condutor responsável), como forma de controle e transparência;
- f) A empresa contratada deverá observar integralmente todas as especificações técnicas e exigências legais constantes neste Termo de Referência e demais documentos da contratação;
- g) O fornecimento deverá ocorrer de forma ininterrupta durante toda a duração do contrato, sem prejuízo às atividades da Câmara, inclusive em finais de semana ou feriados, quando necessário ao pleno atendimento das demandas institucionais;
- h) O combustível fornecido deverá estar livre de qualquer contaminação ou adulteração, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação pertinente;
- i) Todos os tributos, encargos, taxas, licenças e demais obrigações legais incidentes sobre a atividade de fornecimento de combustível serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

Requisitos Gerais:

- **Técnicos:** O combustível deverá atender integralmente aos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores, com sistema de fornecimento que permita o acompanhamento e controle preciso dos consumos por veículo, assegurando transparência na gestão da frota.
- **Funcionais:** A solução contratada deverá ser compatível com a rotina operacional da Câmara Municipal, garantindo agilidade nos abastecimentos, controle, segurança.
- **Desempenho:** A empresa contratada deverá assegurar a disponibilidade contínua de combustível e o pleno funcionamento do sistema de controle e abastecimento, evitando qualquer interrupção nas atividades da Câmara e contribuindo para a fluidez das ações institucionais.

Alternativas Consideradas:

- **Estoque próprio de combustível:** Esta alternativa foi descartada por implicar riscos operacionais e ambientais, além de exigir estrutura física e técnica específica, com altos custos de instalação, licenciamento e manutenção.

Dessa forma, a alternativa mais viável, econômica e segura é a contratação planejada mediante contratação formal de empresa especializada no fornecimento de gasolina comum, com sistema de controle e fornecimento ininterrupto, conforme as especificações estabelecidas.

Espera-se, com esta contratação, garantir o abastecimento regular dos veículos a serviço da Câmara Municipal de Iguaba Grande, assegurando a eficiência na execução das atividades públicas, o uso racional dos recursos financeiros e o cumprimento dos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à economicidade, continuidade do serviço público, planejamento e legalidade.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

(**X**) **Sim** – Prazo de Validade da Ata: O prazo de validade será de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos legais.

() **Não**

3.1.1 Se sim, justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

Justificativa:

Devido a capacidade de fornecer maior flexibilidade, eficiência e economia nas contratações, permitindo o registro de preços sem a obrigatoriedade de contratação imediata e total, garantindo transparência e padronização, sendo ideal para o objeto em questão e suas características, de acordo com a necessidade da Administração Pública.

3.1.2 Se não, justificativa para não adoção do Sistema de Registro de Preços

Justificativa:



3.1.3 Da adesão à Ata de Registro de Preços, caso seja adotado o SRP.

() **Não será admitida** a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Justificativa:

(**X**) **Será admitida**, Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão ser admitidos à aderir a ata de registro de preços, na condição de não participantes,

Justificativa:

Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, tendo em vista os benefícios que ela proporciona, como a otimização de recursos, a redução de custos operacionais e administrativos, além da garantia de preços mais vantajosos e condições mais competitivas, fruto da centralização da contratação. A adesão de outros órgãos não participantes contribui para maior eficiência na utilização dos recursos públicos, promovendo a economia e a agilidade no atendimento das demandas de forma mais racional e transparente.

Considerando a **admissão** de adesão à Ata de Registro de Preços, serão observados os seguintes requisitos:

- a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/21;
- b) Mediante consulta e anuência do fornecedor, desde que respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/21;
- c) A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- d) Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- e) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

f) Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

g) O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

h) O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos da admissão.

Dos limites para as adesões

i) As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

j) O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

k) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

OBS: Demais cláusulas no que se diz respeito Ata de Registro de Preços, estão previstas junto a Minuta Padrão de Edital contemplada no Decreto Municipal nº 2285/2024, bem como no Decreto Municipal nº 2230/2024 que regulamenta a N.L.L. e contratos administrativos.

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

() **Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item** - Se o referencial de preço, obtido por meio da coleta de orçamentos (sobre a forma de coleta de orçamentos vide o tópico 5 deste modelo de TR), for igual ou inferior a R\$ 80.000,00, a 1ª tentativa de licitação será disputada exclusivamente por MEs e EPPs, nos termos do art. 48, inc. I, da Lei Complementar n.º 123/2006. Para os seguintes itens:

(**X**) **Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item** - Se o referencial de preço, obtido por meio da coleta de orçamentos, for superior a R\$ 80.000,00, tratando-se da contratação de serviço ou obra, aplica-se tão somente a preferência a MEs/EPPs no caso de empate ficto, em conformidade com os arts. 44 e 45 da LC n.º 123/2006, para os seguintes itens: **01**.

Justificativa:

3.3. Será admitida a participação de consórcios?

() Sim.

(**X**) Não.

Justificativa:

Considerando que a contratação tem por objeto o fornecimento de item comum, fornecido por várias empresas no mercado, não será admitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, de modo a aumentar a competitividade no certame e, por conseguinte, a sua economicidade.

3.4. Será admitida a participação de cooperativas?

(X) Não

() Sim, prevendo as seguintes exigências de documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - 1) ata de fundação;
 - 2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 5) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - 6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Justificativa:

A contratação tem por objeto o fornecimento de item comum, cuja execução requer fornecimento direto e individualizado, em conformidade com a legislação trabalhista e normas correlatas. Dessa forma, não será admitida a participação de cooperativas, tendo em vista a natureza de sua organização, bem como a natureza do objeto, que não configura relação de subordinação empregatícia entre seus cooperados e a cooperativa, além de potencial incompatibilidade com os princípios de impessoalidade, continuidade e eficiência na execução contratual. Essa disposição visa garantir a execução adequada do objeto e garantir a economicidade.

3.5. Será admitida a subcontratação?

(X) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Justificativa:

A subcontratação não será admitida, considerando a natureza técnica e especializada do objeto contratual, que exige a execução direta pela contratada, em conformidade com o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021. Essa vedação busca garantir a qualidade e a integridade do objeto, além de evitar riscos relacionados ao gerenciamento do contrato e ao desempenho de terceiros.

() Sim, será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Justificativa:

--

Considerando a admissão de subcontratação, serão observados os seguintes requisitos:

- a) () Será admitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

Condições e limites para a subcontratação:

_____.

- b) () Será admitida, sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

Condições e limites para a subcontratação:

_____.

- c) () Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

Condições e limites para a subcontratação:

_____.

3.5.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.5.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.5.3 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

3.5.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.6. Do agrupamento de itens em lotes

A presente contratação se dará em lotes?

(X) Não

() Sim

Justificativa:

A contratação não se dará em lotes pois a execução requer a prestação direta e individualizada dos itens. Sendo assim a contratação será realizada de forma unitária, de acordo a necessidade da Administração.

3.7. Condições de Participação

3.7.1 - A licitação instaurada possui formato com admissão de **AMPLA** participação, destinada às empresas interessadas que atenderem às seguintes condições:

- a) Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

- b) Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio www.gov.br/compras/pt-br.
- c) Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema licitatório a ser realizado esta contratação, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema para sua correta utilização.

() Outras condições: _____.

Justificativa:

--

3.8. Da Vedação à Participação no Certame

- a) Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:
- a1) Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02;
 - a2) Impedidas de licitar e contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
 - a3) Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da administração ou com **agente público que desempenhe função na licitação, OU SEJA AUTOR DO TERMO DE REFERENCIA E PROETO BÁSICO E/OU ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;**
- c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) O agente público da Prefeitura de Iguaba Grande, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- g) Agente público da Prefeitura de Iguaba Grande, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- h) Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.
- i) Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

j) Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

k) Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

l) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

m) Os impedimentos previstos nos itens a, b e c serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

n) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum. () Outras vedações: _____

Justificativa:

--

3.9. Da Inversão de Fases

A licitação seguirá a inversão de fases conforme o art. 17 da Lei nº 14.133/2021, julgando primeiro a habilitação dos licitantes, e posteriormente, as propostas?

(☒) Sim

() Não

Justificativa para realização da inversão de fases:

A inversão de fases prevista na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), especificamente em seu art. 17, § 1º, 2º e 5º, permite à Administração Pública, mediante justificativa, alterar a ordem tradicional das fases do certame, priorizando a habilitação em detrimento da análise prévia das documentações exigidas.

Considerando os princípios da eficiência, economicidade e celeridade que norteiam a atuação da Administração Pública, bem como a possibilidade legal prevista na Lei, a presente contratação adota, de forma devidamente motivada, a inversão da ordem tradicional das fases da licitação, com base nas seguintes razões fundamentadas:

1. Eficiência Administrativa

- A medida otimiza o procedimento licitatório ao restringir a fase de habilitação apenas ao proponente melhor classificado, evitando análises preliminares extensas e, muitas vezes, desnecessárias.

2. Redução de Custos Operacionais

- A limitação da análise documental aos licitantes com proposta mais vantajosa diminui substancialmente o tempo e os recursos empregados pela comissão de licitação, promovendo economicidade.

3. Celeridade no Trâmite Processual

- A inversão contribui para a aceleração do certame, especialmente relevante em processos com elevado número de participantes ou em situações que demandem pronta resposta da Administração.

4. Estímulo à Competitividade

- Ao exigir a apresentação completa da documentação de habilitação apenas do vencedor provisório, a Administração reduz encargos iniciais aos demais licitantes, ampliando a atratividade do certame e incentivando maior participação.

5. Evita Análises Inócuas

- Evita-se a análise de propostas apresentadas por licitantes que não atendem aos requisitos de habilitação, conferindo maior racionalidade ao processo, ao eliminar a necessidade de examinar propostas de participantes que, desde logo, não demonstram aptidão jurídica, técnica ou fiscal, otimizando os recursos da Administração e promovendo maior eficiência na condução do certame.

6. Alinhamento com Práticas Consolidadas

- A prática segue modelo exitoso já consagrado na modalidade pregão, o qual tem demonstrado elevado grau de eficiência na administração pública contemporânea.

7. Segurança Jurídica e Transparência

- A inversão de fases será prevista no edital e formalmente motivada no processo, em conformidade com a legislação vigente, garantindo lisura, legalidade e controle dos atos administrativos.

Exemplos de Situações que Justificam a Inversão:

- Previsão de alto número de licitantes, tornando as fases do certame morosa e dispendiosa.
- Necessidade de resposta rápida da Administração para atendimento de demandas institucionais urgentes.
- Busca pela racionalização de recursos humanos e materiais na análise documental.

Diante de todo o exposto, a inversão de fases constitui mecanismo legítimo e eficaz, autorizado pela Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração Pública garantir maior agilidade, economicidade, competitividade e efetividade nos procedimentos licitatórios, desde que devidamente motivada e expressamente prevista no instrumento convocatório.

3.10. Participação de Sociedade Estrangeira

Será admitida a participação de Sociedade Estrangeira?

(X) Não será admitida a participação de sociedade estrangeira.

Justificativa:

A participação de sociedades estrangeiras será vedada em razão da natureza do objeto contratual, que requer atendimento a requisitos técnicos, normativos ou operacionais específicos ao ordenamento jurídico brasileiro. Essa vedação visa garantir o cumprimento das legislações nacionais, como as obrigações trabalhistas, fiscais e regulatórias, além de assegurar maior controle e fiscalização pela Administração Pública.

() Sim, será admitida a participação de Sociedade Estrangeira.

Justificativa:

Em caso de participação, serão aplicadas as seguintes normas para Participação de Sociedades Estrangeiras em Licitações:

a) Apresentação de Documentos de Habilitação

Sociedades empresárias estrangeiras que não possuam funcionamento no território nacional deverão apresentar documentos equivalentes aos exigidos para habilitação, conforme estabelecido no edital. Esses documentos deverão ser inicialmente apresentados em tradução livre para análise preliminar pela Comissão de Licitação ou pela autoridade competente.

b) Tradução Juramentada e Validação de Documentos

Na eventualidade de a sociedade estrangeira ser declarada vencedora do certame licitatório, os documentos exigidos para fins de assinatura do contrato deverão ser submetidos à tradução por tradutor juramentado no Brasil. Esses documentos também deverão ser apostilados, nos termos do Decreto nº

8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou norma equivalente que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas brasileiras.

c) Representação no Território Nacional

Toda empresa estrangeira que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio deverá informar, no momento da habilitação, o endereço de seu representante legal em território brasileiro. Esse representante deverá deter plenos poderes para receber intimações e citações, sendo obrigatória também a indicação de endereço eletrônico válido para comunicações oficiais.

d) Autorização para Funcionamento no Brasil

Sociedades empresárias estrangeiras que possuam filial, agência, sucursal ou estabelecimento em funcionamento no Brasil deverão apresentar portaria de autorização publicada no Diário Oficial da União, conforme preconizado pela Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020. Tal portaria deve estar devidamente arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localiza a filial ou equivalente, a qual será considerada como sede da empresa para efeitos legais.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Será exigida garantia de proposta?

(☒) Não

(☐) Sim

Justificativa:

A exigência de garantia de proposta não será aplicada ao presente certame, tendo em vista que o objeto contratual apresenta baixo risco de descumprimento ou abandono por parte dos licitantes, tratando-se de fornecimento contínuo e de natureza comum, com baixa complexidade de execução.

Ademais, a dispensa da exigência de garantia de proposta tem como finalidade ampliar a competitividade entre os participantes, especialmente considerando a quantidade restrita de postos de combustíveis existentes no raio delimitado, de modo a assegurar maior alcance do procedimento licitatório e possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a não exigência da garantia de proposta alinha-se aos princípios da competitividade, isonomia e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo maior efetividade e economicidade ao processo licitatório.

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

A Lei Federal nº 14.133/2021 em seu artigo 62, bem como o Decreto Municipal 2285/2024, disciplina os critérios de habilitação que devem ser observados nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública. Esses critérios visam assegurar a idoneidade e a capacidade dos licitantes para executar o objeto contratual, para fins de habilitação, conforme previsto acima, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade por ações:** apresentação conjunta de documento de eleição de seus administradores e alteração ou da consolidação respectiva;

f) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

g) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

h) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

i) () Outros Documentos a Serem apresentados:

--

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -**CNPJ/MF** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição **no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal**, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

c) Prova de regularidade para com a **Seguridade Social e a Fazenda Federal**, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS)** expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal;

e) Prova de regularidade para com a **Dívida Ativa Estadual** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

g) Certidão da **Dívida Ativa Municipal** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante.

h) Certificado de Regularidade de Situação perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa **de Débitos Trabalhistas** (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

5.3. Qualificação econômico-financeira

5.3.1. A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada da análise do balanço patrimonial, a ser apresentado na forma da lei, para que serão observados os **índices de LG = Liquidez Geral ≥ 1 , LC = Liquidez Corrente ≥ 1 , SG = Solvência Geral ≥ 1** , após a aplicação das seguintes fórmulas contábeis:

a) **LG** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Exigível a longo prazo) = igual ou superior a 1.

b) **LC** = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante) = igual ou superior a 1.

c) **SG** = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Exigível a longo prazo) = igual ou superior a 1.

5.3.2. Comprovação de **CAPITAL SOCIAL e/ou patrimônio líquido igual ou superior a 10%** do valor estimado para a contratação, para os dois exercícios financeiros exigíveis.

Outros índices a serem eventualmente exigidos mediante justificativa da autoridade competente:

Justificativa:

--

5.3.3. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. Considerando as observações abaixo descritas:

5.3.3.1. Para a licitante sediada na Cidade do Rio de Janeiro, esta prova será feita mediante apresentação de certidões passadas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição.

5.3.3.2. A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, deverá apresentar, mediante, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

5.3.3.3. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

5.3.3.4. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

5.3.4. Para fins de apresentação de balanço patrimonial, será exigido Apresentação dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados

dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

5.3.4.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- 5.3.4.1.1. Publicados em Diário Oficial; ou
- 5.3.4.1.2. Publicados em jornal de grande circulação
- 5.3.4.1.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- 5.3.4.1.4. Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).
- 5.3.4.1.5. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA)
- 5.3.4.1.6. Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- 5.3.4.1.7. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

5.3.4.2. Sociedade criada no exercício em curso):

- 5.3.4.2.1. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- 5.3.4.2.2. Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

5.3.4.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- 5.3.4.3.1. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

5.3.5. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

5.3.6. Os documentos passíveis de apresentação, referidos no item 20.1, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

5.3.7. Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.3.8. Se, após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis, tiver havido modificações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último balanço patrimonial, será esta considerada, desde que homologada pela junta comercial e acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração.

5.3.9. Em atenção ao Art. 69 - § 1º da Lei 14.133/21, a licitante deverá apresentar declaração assinada por profissional habilitado da sua área contábil em papel timbrado próprio, devidamente identificado e

contendo indicação do seu número de inscrição junto ao conselho, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômico financeiros previstos e exigíveis na licitação.

5.4. Qualificação técnica

Será exigido atestado de capacidade técnica no seguinte molde:

- 5.4.1. (☒) Comprovação, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA –deste edital, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

5.4.2. Será exigido Parcelas de Maior relevância?

(☒) Não

(☐) Sim, para os seguintes itens:

Justificativa:

Optou-se por não incluir parcela de maior relevância neste Termo devido ao objeto em questão não ser de natureza simples, bem como para manter a simplicidade e eficiência do procedimento. Essa decisão visa evitar complexidades desnecessárias, garantindo que o foco seja direcionado às partes mais pertinentes do processo, promovendo uma análise mais ágil e eficaz.

5.4.3. Será exigido apresentação de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, nos moldes previsto no § 2º do Art. 67 da Lei Federal 14.133/21?

(☒) Não

(☐) Sim, será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, da seguinte forma:

Justificativa:

N/A.

5.4.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante?

(☒) Sim (☐) Não

Justificativa:

A apresentação de atestados concomitantes não é admitida, pois a comprovação de experiência deve ser clara e específica para cada serviço executado de forma isolada. A exigência de diferentes atestados garante que o licitante tenha capacidade técnica comprovada para o objeto da licitação, sem sobrecarga de compromissos que possam comprometer a qualidade e a execução do contrato.

5.4.5. Demais documentações técnicas a serem exigidas

(☐) Não, será exigido outras documentações técnicas

(☒) Sim, será exigido outras documentações técnicas, quais sejam:

Outras exigências de qualificação técnica:

Certificado de Registro, em nome da licitante, na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), compatível com o objeto a ser licitado.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- a) Os abastecimentos dos veículos deverão ser efetuados diretamente nas bombas de combustível do posto do Contratado.
- b) O fornecimento do objeto será efetuado de forma fracionada, mediante a guia de autorização de fornecimento.
- c) Os abastecimentos poderão ocorrer em qualquer dia da semana, podendo ser estendidos aos fins de semana e feriados regionais ou nacionais, conforme o planejamento.
- d) A Contratada deverá emitir o comprovante no ato do abastecimento.

6.2. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- a) Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá dispor de sistema de gerenciamento eletrônico, de forma a emitir e fornecer, a cada operação, comprovante de abastecimento, no qual deverão constar:
 - 1) Identificação do cliente;
 - 2) Data e hora do abastecimento;
 - 3) Tipo de combustível;
 - 4) Placa do veículo;
 - 5) Nome do mototrista;
 - 6) Quilometragem registrada no hodômetro do veículo abastecido;
 - 7) Quantidade em litros do abastecimento e valor total em R\$ (reais);
- b) A Contratada deverá fornecer à Contratante, talões numerados de requisição de combustível, com a identificação da Contratada.

6.3. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO :

- a) O fornecimento do objeto deverá atender a toda a frota da Câmara Municipal. Anteriormente ao início do serviço será apresentada à Contratada, a relação dos veículos habilitados ao abastecimento e dos funcionários autorizados a realizar o mesmo.
- b) O fornecimento do objeto será de forma fracionada, com o início no dia seguinte à emissão da Autorização de Fornecimento, que será emitida e entregue à CONTRATADA, com o quantitativo (em litros) estimado para a quinzena.
- c) Ao término de cada quinzena, a contratada deverá emitir e encaminhar à contratante, a nota fiscal dos produtos fornecidos na quinzena anterior, na qual deverá constar as quantidades, os tipos de combustíveis, valor unitário e total, já deduzidos os descontos concedidos, expressos em reais, as datas dos abastecimentos, os dados dos veículos que abasteceram, quilometragem, placa e motorista responsável.
- d) Quanto ao quantitativo estimado a ser contratado, só será pago o que efetivamente for consumido no período apurado.

6.4. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Art. 96 a 102 da Lei nº 14.133/21?

☒ **Não** haverá exigência de garantia contratual da execução.

☐ **Sim**, a contratação contará com a garantia de execução do contrato, nos moldes de apresentação de garantia previstos art. 96 da Lei nº 14.133/21, independentemente da modalidade a ser utilizada pelo prestador de serviço, o valor correspondente a esta garantia será de X% (xxxx por cento) do valor do contrato a ser pactuado em atenção ao art. 98 da Lei nº 14.133/21.

Justificativa:

A garantia de execução do contrato não será exigida devido à natureza do objeto contratual, que não apresente riscos elevados ou complexidade que justifiquem a imposição dessa exigência. Em conformidade com artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá optar por não exigir a garantia quando os riscos envolvidos são considerados baixos ou quando o contratante comprova capacidade econômica suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

6.5. GARANTIA DO SERVIÇO, MANUTENÇÃO E/OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA (quando for o caso)

6.5.1. Será exigida garantia de serviço?

☒ Não

☐ Sim, em conformidade com:

- a) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- b) O prazo de garantia dos serviços não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, conforme previsto no art. 618 da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e alterações, contados da data indicada no Termo de Recebimento Definitivo
- c) Art. 40, §1º, Inciso III c/c Art. 47, § 2º c/c Art. 140, § 6º DA LEI Nº 14.133, DE 2021
- d) Decreto Municipal n.º 2230/2024.

Justificativa:

A garantia de serviço, manutenção e/ou assistência técnica não será exigida, pois o objeto contratual exige serviços contínuos ou de longo prazo que envolvam risco significativo de defeitos ou falhas. Além disso, o fornecedor poderá ser responsabilizado por eventuais problemas de desempenho ou qualidade do serviço por meio de cláusulas contratuais específicas, como penalidades e multas, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Prestar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, bem como de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado no Termo de Referência, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- c) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega para representá-lo na execução do contrato;

- d) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- f) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, se for o caso estipulada no Termo de Referência, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i) Enviar mensalmente ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Dívida Ativa da PGE, **4)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **5)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **6)** Certidão que comprove e regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- j) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- k) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, ou para qualificação, na contratação direta, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- m) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- n) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- o) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- p) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- q) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- s) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- t) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- u) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- v) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- w) Cumprir as obrigações previstas no Termo de Referência, independente de transcrição para este instrumento.

7.2 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- h) Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.
- i) Cumprir as obrigações previstas no Termo de Referência, independente de transcrição para este instrumento.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- (☒) Somente por assinatura de contrato
- (☐) Autorização de Fornecimento/Ordem de Início de Serviço + Contrato de garantia e assistência técnica
- (☒) Autorização de Fornecimento/Ordem de Início de Serviço
- (☐) Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

a) PARA OS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

Em conformidade com o art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021, são considerados contínuos os serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

De acordo com o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, será possível que contratos de serviços contínuo sejam prorrogados por até 10 anos, desde que haja previsão no edital e/ou contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos, conforme art. 106 da Lei nº 14.133/2021) contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. PRAZO PARA ASSINATURA CONTRATO

Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.4.1. FISCALIZAÇÃO

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.4.2. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- c) **Fiscal:**

d) Nome: Flávio Gonçalves
e) Cargo: Chefe Setor de Transportes
f) Matrícula: 1715
g) E-mail: camaraiguaba2025@gmail.com

8.4.3. GESTOR DO CONTRATO

- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

e) Gestor:

f) Nome: Vania Viana
g) Cargo: Assistente Administrativo
h) Matrícula: 049
i) E-mail: camaraiguaba2025@gmail.com

8.5. DO REAJUSTE CONTRATUAL

8.5.1. Os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irremovíveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado o art. 92 §3º, da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001;

- a) Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos índices atualizados da contratação em questão, tendo como base a pesquisa de preços realizada no sítio da ANP: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>, considerando as cidades de Araruama, Cabo Frio e Saquarema, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- b) A aplicação do reajuste, na prorrogação da Ata, poderá ser realizada desde que mantida a aplicação do maior percentual de desconto sobre o preço médio baseado na tabela do sistema de levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) atualizada e vigente.

8.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença

correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.5.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

a) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.5.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.6.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, previstas no Art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato (14.1.1), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos itens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa:**
 - 1) Moratória de ... % (... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - 2) Compensatória para as infrações descritas no item 14.1 de% a ...% do valor do contrato.

TABELA DE EVENTOS			
ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	O atraso injustificado na assinatura Contrato fora do prazo definido previamente no edital do certame e seus anexos.	Multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado	Valor Adjudicado ou valor da parcela a ser contratada respectivamente, conforme o caso.

2	Não disponibilização de canal de atendimento seja telefonico ou por maio digital, inviabilizando a devida comunicação com a signatária do Contrato	Multa moratória de 0,5% duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ata ou do contrato ou parcela inadimplida
3	O atraso injustificado na entrega do objeto fora do prazo previsto no instrumento contratual, edital e anexos.	Multa moratória de 1% por dia de atraso injustificado, limitada a 20%	Valor da parcela inadimplida
4	Entrega do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência	Multa compensatória de 5% duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ata ou do contrato ou parcela inadimplida
5	Desatender as determinações regulares da Autoridade designada para o acompanhamento e fiscalização, assim como as de seus superiores (inciso II do art. 137 da Lei Federal 14133/21)	Multa compensatória de 5% por ocorrência, limitada a 30%	Valor da ata ou remanescente
6	Efetuar Subcontratação total ou parcial do objeto não admitida no contrato ou edital e seus anexos (Inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 20%	Valor da ata/contrato ou remanescente

8.6.3. A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.6.4. Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.6.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.6.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes

de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.6.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.6.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO, DO RECEBIMENTO, DA ANTECIPAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- a) A avaliação da execução do objeto será realizada pelo fiscal do contrato, ao final de cada mês. Serão avaliadas as quantidades executadas e a qualidade da prestação dos serviços.
- b) Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 1) não produzir os resultados contratados;
 - 2) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
 - 3) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- c) A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 1) Qualidade dos serviços prestados;
 - 2) Quantidade dos serviços prestados;
 - 3) Utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, bem como sua qualidade;
 - 4) Procedimentos executados de acordo com as normas técnicas;
 - 5) Apresentação de ensaios e demais documentos técnicos comprobatórios, conforme for o caso.
- d) Na emissão de Autorização de Fornecimento, o valor a ser praticado para pagamento do fornecimento, será o percentual de maior desconto ofertado na licitação, aplicado sob o valor médio informado pelo sítio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para as cidades próximas a esta municipalidade (Araruama, Cabo Frio e Saquarema), uma vez que a cidade de Iguaba Grande não está contemplada na devida pesquisa.
- e) O pagamento será efetuado após empenho e mediante a entrega do objeto, com a devida conferência, juntamente com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, em até 30 dias
- f) A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal Eletrônica, com a quantificação e especificação do produto, seu preço unitário e o valor total, depois de devidamente conferida às requisições de abastecimento naquele período, mantendo o valor apurado sob o valor médio informado pelo sítio ANP. Sendo utilizado como referência o valor de média apurado no último dia do mês, para atendimentos aos primeiros dias do mês sequencial. E o valor de média apurado no 15º dia de cada mês, para atendimento a 2ª quinzena mês.
- g) As notas fiscais emitidas, contendo os abastecimentos efetuados no período de referência, deverá ser entregue ao funcionário designado para a efetivação do pagamento, juntamente com as certidões negativas pertinentes.

9.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.2.1. Os serviços ou obras serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 140, I da Lei 14.133/21.

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.2.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.2.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

9.3. DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

Será permitida a antecipação de pagamento?

() Sim

(X) Não

Justificativa:

A antecipação de pagamento não será permitida, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, que visam proteger o interesse público e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz. A antecipação pode representar um risco significativo para a Administração Pública, já que pode resultar em falta de garantias sobre a execução do contrato ou sobre o cumprimento das obrigações contratuais. A prática será restrita, a fim de preservar a equidade e a segurança financeira do processo.

9.4. DO PAGAMENTO

9.4.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, devendo a contratada emitir o documento correspondente (NF-e), sem emendas, rasuras ou borrões, legível, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias.

9.4.2. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Contratante, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

9.4.3. Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

9.4.4. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Autoridade Competente, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquele Órgão.

9.4.5. Na ocasião do pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da Contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal, com suas alterações e regulamentações posteriores.

9.4.6. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

9.4.7. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da dotação orçamentária:

Programa de trabalho	Natureza	Fonte
01.001.01.031.0001.2000	3390300000	1500 – Recurso Ordinário

11. DO VALOR ESTIMADO

11.1. O valor máximo estimado será de **R\$ 225.478,89 (duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**

11.2. Será praticado o ORÇAMENTO SIGILOSO?

() Sim, será praticado o orçamento sigiloso.

(**X**) Não será praticado o orçamento sigiloso.

Justificativa:

O orçamento sigiloso não será adotado, pois a transparência e a publicidade dos atos administrativos são princípios fundamentais da administração pública, conforme estabelece a Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021. O orçamento do processo licitatório será público, permitindo que todos os interessados tenham acesso às informações, garantindo a ampla concorrência e evitando favorecimentos ou distorções nos processos de licitação. A publicidade do orçamento contribui para o controle social e a integridade do processo.

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Iguaba Grande, 22 de julho de 2025.

Elaborado por:

Flávio Gonçalves
Chefe Setor de Transportes

Autorizado por:

Balliester Werneck de Prager
Ordenador de Despesas

IGUABA
G R A N D E